



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA Estado de São Paulo

# CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 02/2018 RETIFICAÇÃO Nº 1

A **Prefeitura Municipal da Limeira**, por meio do presente edital, faz saber que RETIFICA o edital do Concurso Público nº 02/2018, conforme especificado a seguir:

1) **No Anexo II - Conteúdo Programático** para os cargos de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E DIRETOR DE ESCOLA** leia como segue e não como constou:

### **LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA O CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA:**

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/88 – Cap. III – seção I da Educação.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com suas alterações;

Resolução CNE nº 4, de 13/07/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 05/09 – Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09/10/2007

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Resolução CNE nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009;

Lei nº 11.645, de 10/03/2008- Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014.

Resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/ 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

Deliberação CME nº 01/ 2016 – dispõe sobre a reestruturação e melhoria do atendimento da Educação de Jovens e Adultos- anos iniciais de Ensino Fundamental – modificando a organização e o funcionamento do curso ofertado nesta modalidade na Rede Municipal de Ensino de Limeira.

Deliberação CME nº 02, de 08/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira.

Deliberação CME nº 02, de 04/10/2011. Altera a Deliberação CME nº 1, de 31 de março de 2009, que dispõem sobre a atualização, fixação e consolidação de normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Limeira/ SP.

Deliberação CME nº 04, de 07/12/2010. Aprova o Regulamento dos Centros Infantis (CIs) e dos Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental (CEIEFs) da Rede Municipal de Ensino de Limeira.

Deliberação CME nº 04, de 09/12/2009, que dispõe sobre as normas para os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos implantado na Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira-SP.

LEI N.º 5.545, de 02/09/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Limeira/SP.

Resolução SME nº 11/2016, de 29/12/2016, que dispõe sobre o Currículo da Rede Municipal de Limeira- p. 13 a 215;

Resolução SME nº 07/2017, de 16/05/17, que dispõe sobre a Avaliação dos Estudantes na Rede Municipal de Ensino de Limeira;

Decreto Municipal nº 34, de 5/02/2018, que dispõe sobre o Estatuto da Associação de Pais e Mestres das Escolas da Rede Municipal de Limeira.

Decreto Municipal 18/2016 – dispõe sobre a garantia da educação em tempo integral, meta 6, da Lei Municipal 5.545, de 02/09/2015, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Limeira e regulamenta a intersetorialidade entre a SME e autarquias municipais.

Deliberação CME nº 02, de 08/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira.

Lei Complementar Municipal nº 41, de 20/06/1991, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Limeira e suas alterações

Lei Complementar Municipal nº 461, de 02/06/2009, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Limeira que contém o Plano de Carreira da categoria.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil- 3ª ed. São Paulo: Moderna 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1983.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005

PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez, 2010.

PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente?. São Paulo: Cortez, 2015

PARO, Vitor. Gestão Democrática da Escola Pública. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VYGOTSKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1998.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições a luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. O papel do diretor de escola numa sociedade em crise. IN: Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção Educação Contemporânea. 11ª edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996, p.206 a 209.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

### **LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/88 – Cap. III – seção I da Educação.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com suas alterações;

Resolução CNE nº 4, de 13/07/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 05/09 – Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Resolução CNE nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009;

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Lei nº 11.645, de 10/03/2008- Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014.

Resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/ 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

Deliberação CME nº 04, de 09/12/2009, que dispõe sobre as normas para os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos implantado na Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira-SP.

LEI N.º 5.545, de 02/09/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Limeira/SP.

Resolução SME nº 11/2016, de 29/12/2016, que dispõe sobre o Currículo da Rede Municipal de Limeira- p. 13 a 215;

Resolução SME nº 07/2017, de 16/05/17, que dispõe sobre a Avaliação dos Estudantes na Rede Municipal de Ensino de Limeira;

Decreto Municipal nº 34, de 5/02/2018, que dispõe sobre o Estatuto da Associação de Pais e Mestres das Escolas da Rede Municipal de Limeira.

Decreto Municipal 18/2016 – dispõe sobre a garantia da educação em tempo integral, meta 6, da Lei Municipal 5.545, de 02/09/2015, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Limeira e regulamenta a intersetorialidade entre a SME e autarquias municipais.

Deliberação CME nº 02, de 08/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira.

Deliberação CME nº 01/ 2016 – dispõe sobre a reestruturação e melhoria do atendimento da Educação de Jovens e Adultos- anos iniciais de Ensino Fundamental – modificando a organização e o funcionamento do curso ofertado nesta modalidade na Rede Municipal de Ensino de Limeira.

Deliberação CME nº 02, de 04/10/2011. Altera a Deliberação CME nº 1, de 31 de março de 2009, que dispõem sobre a atualização, fixação e consolidação de normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Limeira/ SP.

Deliberação CME nº 04, de 07/12/2010. Aprova o Regulamento dos Centros Infantis (CIs) e dos Centros de Educação Infantil e Ensino Fundamental (CEIEFs) da Rede Municipal de Ensino de Limeira.

Deliberação CME nº 04, de 09/12/2009, que dispõe sobre as normas para os anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos implantado na Rede Municipal de Ensino do Município de Limeira-SP.

Lei Complementar Municipal nº 41, de 20/06/1991, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Limeira e suas alterações

Lei Complementar Municipal nº 461, de 02/06/2009, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de Limeira que contém o Plano de Carreira da categoria.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**

ALVES, Nilda (coord.). Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2014

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil- 3ª ed. São Paulo: Moderna 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005  
MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.  
MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições a luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.  
PARO, Vitor. Gestão Democrática da Escola Pública. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.  
POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; ALMEIDA, Júlio Gomes; SALMASO, José Luis (orgs). Ação Supervisora: tendências e práticas. Curitiba: CRV, 2012.  
RANGEL, Mary (org.). Supervisão e gestão na escola – conceitos e práticas de mediação. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.  
RANGEL, Mary. Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. IN: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.  
SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função a profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.  
SAVIANI, Dermeval. O papel do diretor de escola numa sociedade em crise. IN: Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção Educação Contemporânea. 11ª edição. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996, p.206 a 209.  
SAVIANI, Dermeval. A função docente e a produção do conhecimento. Educação e Filosofia. vol.11, n.21/22, pp.127-140, jan/jun e jul/dez, 1997.  
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5)  
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10ªed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008  
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 1998.

Permanecem inalterados os demais itens do referido edital.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Edital de Retificação.

**Limeira, 02 de agosto de 2018.**

**MICHEL AZEVEDO ARAUJO  
PRESIDENTE**

**PAULO ROBERTO BARCELLOS DA SILVA JUNIOR  
VICE-PRESIDENTE**

**CAETANO JOSÉ DE SANTIS JUNIOR**

**MARCUS DIEGO CLARO  
MEMBROS**

**PRISCILA PEREIRA SIZINO**